

Senior, Jevons e Walras: a construção da ortodoxia econômica

*Frederico Mazzucchelli*¹

Resumo

O artigo discute os procedimentos intelectuais presentes na construção da ortodoxia econômica. A tentativa – empreendida por Senior, Jevons e Walras – de dar “fundamentos científicos” à reflexão econômica se apóia em uma abstração indevida: a relação entre as necessidades individuais e as dotações da natureza. O “cálculo de prazer e dor” de Bentham, as “proposições gerais” de Senior, as “leis referentes aos casos individuais” de Jevons e a “satisfação máxima das necessidades” de Walras se baseiam na análise das motivações e comportamento dos indivíduos, isolados de seu meio social. O resultado é a entronização da utilidade, a criação do *Homo Oeconomicus*, a conversão da Economia Política em “Economia Política Pura” e a construção de um edifício teórico onde as relações e as categorias econômicas são completamente esvaziadas de seu conteúdo social e histórico. A dimensão social da vida econômica se dissolve, tragada pela voracidade naturalista da “Ciência Econômica”. Walras, através do modelo de equilíbrio geral, pretende dar fundamentação matemática à suposição de que o “mundo dos interesses econômicos tende a se ordenar por si próprio”, da mesma maneira que o “mundo dos movimentos astronômicos”. Nasce, assim, a idéia-mãe do *mainstream*: os agentes maximizadores, operando em liberdade, inexoravelmente produzem o “*global market clearing*”.

Palavras-chave: Senior, Nassau William, 1790-1864; Jevons, William Stanley, 1835-1882; Walras, Leon, 1834-1910; Ortodoxia; Pensamento ortodoxo.

Abstract

This article discusses the intellectual procedures underlying the building of economic orthodoxy. The attempt of Senior, Jevons and Walras to provide “scientific fundamentals” to economic reflection rests on an improper abstraction: the relationship between individual needs and nature’s endowments. Bentham’s “calculation of pain and pleasure”, Senior’s “general propositions”, Jevons’ “laws relating to individual cases”, and Walras’ “maximum satisfaction of the needs of society” are based on the analysis of the motivation and behavior of individuals isolated from their social environment. The result of this approach is the exaltation of utility, the creation of the *Homo Oeconomicus*, the conversion of Political Economy into “Pure Political Economy”, and the construction of a theoretical building where relationships and economic categories are completely drained of their social content. The social dimension of economic life is dissolved, engulfed by the naturalistic voracity of “Economic Science”. Walras, through his general equilibrium model, sought to establish mathematical foundations for his supposition that the “world of economic interests tends toward spontaneous order” in the same way as “the world of astronomical motion”. This led to the *idée-maitresse* of the mainstream: left free to act, the maximizing agents will inexorably produce a global market clearing condition.

Key words: Senior, Nassau William, 1790-1864; Jevons, William Stanley, 1835-1882; Walras, Leon, 1834-1910; Orthodoxy; Orthodox thought.

JEL B12.

(1) Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

A construção da ortodoxia econômica é o resultado de um movimento insistentemente buscado ao longo do século XIX: dar fundamentos “científicos” à Economia Política. Já em 1827,² Senior observou que “a ciência da Economia Política pode ser dividida em dois grandes ramos – o teórico e o prático. O primeiro, o ramo teórico, que explica a natureza, a produção e a distribuição da riqueza, deve se basear em algumas poucas proposições gerais, fruto da observação ou da percepção (...)”. Em se tratando do “ramo teórico”, destaca Senior, tanto as premissas quanto as conclusões delas derivadas são “universalmente verdadeiras”. Dentre as cinco premissas, ou “proposições gerais”, arroladas pelo autor, duas merecem destaque especial:

“1- A riqueza consiste em todas as coisas que (...), direta ou indiretamente, produzem prazer ou previnem o medo, ou, para usar uma expressão equivalente, que são susceptíveis de serem trocadas ou (...) que tem valor.

2- Toda pessoa é desejosa de obter, com o menor sacrifício possível, a maior quantidade possível dos artigos da riqueza”.

É sobre tais premissas, basicamente, que a Economia Política deveria desenvolver-se como uma ciência respeitável. Em 1836, Senior reafirma suas convicções: a “Ciência da Economia Política” deve se ocupar da “Riqueza” e não da “Felicidade”³. Essa “Ciência” deve apoiar-se em premissas gerais e universais, e formular princípios igualmente gerais e universais: “A tarefa de um economista político não é recomendar ou dissuadir, mas estabelecer princípios gerais (...)”. Cabe à “Ciência da Legislação” – “uma Ciência que requer o conhecimento dos princípios gerais proporcionados pela Economia Política, mas que dela difere essencialmente em seu objeto, suas premissas e suas conclusões” – ocupar-se das medidas práticas e do bem-estar da sociedade: “O objeto da legislação não é a Riqueza, mas o Bem Estar humano”.

Estão aí postas as sementes da operação cientificista da Economia Política. Dois artifícios já são perceptíveis. Em primeiro lugar, todas as dimensões, relações e categorias econômicas são esvaziadas de seu conteúdo social. As mercadorias não são apresentadas como formas (sociais) especiais dos produtos do trabalho, mas, à maneira de Bentham, como “coisas que produzem prazer ou previnem a dor”. Coisas que, sendo úteis ao homem, “têm valor”, com o que o valor aparece ligado aos desejos e sensações íntimas do indivíduo, sem qualquer relação com o meio social em que o indivíduo existe. O móvel da sociedade, por sua vez, é reduzido a um móvel supostamente natural dos indivíduos; todos, em qualquer época e qualquer lugar, querem sempre “obter, com o menor sacrifício possível, a maior quantidade possível dos artigos da riqueza”, raciocínio aparentemente banal, mas que traz consigo a sugestão do “homem maximizador” ou, ainda, a idéia de que a acumulação de capital é algo que decorre das propensões naturais dos indivíduos. O especificamente social desaparece em meio às propriedades inatas que Senior julga descobrir nos homens. O que se percebe, dessa forma, é que a busca das premissas “universalmente verdadeiras” é, de fato, uma sutil operação destinada a transformar as

(2) Cf. Senior (1997a, v. 4).

(3) “As questões, em que medida e em que circunstâncias a posse da riqueza é, no conjunto, benéfica ou penosa a seu possuidor, ou à sociedade da qual ele é um membro? Qual a distribuição da riqueza mais desejável em cada estágio da sociedade? e Quais os meios pelos quais um País pode facilitar tal distribuição? – são questões de grande interesse e dificuldade, mas não mais formam parte da Ciência da Economia Política (...)” (Senior, 1997b, v. 4).

características próprias do mundo capitalista em características naturais, eternas, “universais”, da condição humana, de modo que as singularidades históricas e sociais daquele mundo simplesmente desaparecem.

Em segundo lugar, *et pour cause*, a abstração que define o objeto da “Ciência da Economia Política” é uma abstração cuidadosamente planejada. A Economia Política não deveria imiscuir-se nos temas “práticos” da vida social – onde a desigualdade, os conflitos e a crise inexoravelmente aparecem –, mas sim se concentrar na busca dos “princípios gerais” (mais uma vez, naturais ou eternos) que suportariam e apoiariam as demais “Ciências”, essas sim voltadas aos assuntos dos homens. A conclusão que daí decorre é que o alvo principal da Economia Política não deveria ser a relação (social) entre os homens no processo econômico, mas a relação entre estes e a natureza: daí a “satisfação das necessidades”, “a maximização da utilidade”, a “alocação ótima dos recursos escassos”, “a distribuição adequada do tempo entre trabalho e lazer”, “a composição desejada entre consumo presente e consumo futuro”, “o estudo das quantidades”, etc. Trata-se, como se vê, de uma abstração falsa, que não dá conta do que é característico, particular, da economia capitalista.

Mesmo tendo sido duramente criticada pelas escolas históricas alemã e inglesa,⁴ foi essa a abordagem que alimentou a revolução marginalista. A “Teoria da Economia Política” (1871) de Jevons é um exemplo flagrante da forma pela qual a reflexão econômica é intencionalmente esvaziada de toda e qualquer dimensão social e histórica. Em continuidade com Bentham e Senior – reiteradas vezes citados e exaltados por Jevons –, o indivíduo é colocado no centro da investigação econômica: “A teoria aqui exposta deve ser apresentada como a mecânica da utilidade e do interesse individual” (Jevons, 1983: 37). É a partir das necessidades, disponibilidades, desejos e cálculos do indivíduo que Jevons constrói a explicação econômica. Uma explicação que tem como premissa as formulações utilitaristas de Bentham: “A teoria que segue está baseada inteiramente sobre o cálculo do prazer e dor; e o objeto da economia é a maximização da felicidade por meio da aquisição do prazer, equivalente ao menor custo em termos de dor” (Jevons, 1983: 38). Partindo, assim, da ótica do indivíduo isolado – que busca o máximo prazer com a mínima dor –, Jevons não tem dificuldade em definir a atividade econômica como um processo voltado à satisfação das necessidades humanas: “O único fim de toda atividade econômica é satisfazer às nossas necessidades” (Jevons, 1983: 154). Nesse contexto de satisfação, a troca é entendida como um ato voluntário dos indivíduos com vistas à maximização de seus objetivos: os indivíduos “escolhem” uma determinada composição de produtos, de modo a obter o máximo prazer com o mínimo esforço. Partindo das dotações de bens existentes para cada indivíduo, a troca é o mecanismo de recomposição que assegura a realização das distintas “escolhas”. Se o objetivo da troca é a recomposição de produtos entre indivíduos desejosos de maximizar suas posições, convém notar que o dinheiro é aí entendido, basicamente, como meio de circulação. O valor dos produtos, por sua vez, só terá sentido, nessa perspectiva, se referido aos desejos dos indivíduos: é o desejo dos indivíduos por mais prazer que confere valor aos produtos. O fundamento do valor é, assim, estritamente subjetivo: os produtos só têm valor se são úteis para o indivíduo, se são desejados no âmbito do cálculo de prazer e dor estabelecido por cada indivíduo: “O valor depende inteiramente da utilidade” (Jevons, 1983: 29). Para Jevons, portanto, as coisas têm

(4) Cf. Screpanti & Zamagni (1997: 91-93, 161-162, 170-172).

valor independentemente da troca: basta que sejam desejadas, que sejam úteis aos indivíduos.

Os atropelos dessa visão – que elimina explicitamente as determinações sociais e históricas do processo econômico – são notórios: o sujeito da atividade econômica é a satisfação, e não a valorização; o dinheiro é meio de circulação, e não início e fim de um processo expansivo; a troca é o veículo da maximização das utilidades individuais, e não o caminho necessário da maximização do valor; o capital são as coisas “empregadas para facilitar a produção”,⁵ e não o valor em busca da valorização; o trabalho é uma atividade com “utilidade negativa” ou “desutilidade”, e não a base assalariada sobre a qual se erige o capital; o lucro, à maneira de Senior, é o prêmio pela abstinência, e não o resultado de uma relação social; a “liberdade da troca” conduz à “maximização da utilidade”, e não à instabilidade, à crise ou à desigualdade; a superprodução só existe “em alguns ramos em relação a outros”, e nunca assume um caráter geral.

A totalidade, na visão de Jevons, é deduzida a partir da lógica dos indivíduos: somem-se os indivíduos e ter-se-á a sociedade. A sociedade é entendida a partir da agregação de indivíduos isolados, portadores de uma racionalidade maximizadora, que realizam seus desejos através dos atos de troca. A lógica do capital – que, em realidade, ordena a totalidade social e subordina a lógica individual – simplesmente não existe para Jevons. Em sua visão, basta que se “entendam” as “leis referentes aos casos individuais” para que se “entendam”, também, “as leis dos agregados” (Jevons, 1983: 52): “As fórmulas que se aplicam a um indivíduo... são, no aspecto geral, idênticas às que se aplicam a uma nação inteira” (Jevons, 1983: 116).

Jevons se julga um respeitável cientista. Um cientista que advoga o tratamento matemático para a emergente disciplina. Um cientista que pretende estabelecer “leis econômicas teoricamente verdadeiras” (Jevons, 1983: 72) a partir do comportamento dos indivíduos. Sua visão “científica” das motivações individuais é coroada com a seguinte observação:

“Um homem de raça inferior, um negro, por exemplo, aprecia menos as posses, e detesta mais o trabalho; seus esforços, portanto, param logo (...) O homem rico na sociedade moderna está aparentemente suprido com tudo que ele pode desejar e, no entanto, freqüentemente trabalha por mais sem cessar” (Jevons, 1983: 116).

A conclusão de Jevons é que os cálculos benthamianos devem ser ponderados pela “índole da raça” (Jevons, 1983: 116): o “homem rico da sociedade moderna”, por ter múltiplas necessidades, de bom grado aceita trabalhar mais e mais. Para o “homem rico”, a “utilidade dos bens adicionais” compensa o “sofrimento do trabalho prolongado” (p. 115). Já o negro, “homem de raça inferior”, tem poucas necessidades, e, portanto, pouco trabalha. Os camponeses irlandeses, da mesma forma, “por não consumirem carne de boi e não usarem sapatos”, são, como os negros, “pouco industriais”⁶. As observações de

(5) As premissas de Jevons conduzem-no a definições no mínimo bizarras para o capital: “O capital não é a estrada de ferro, ele é a comida daqueles que fizeram a estrada de ferro” (Jevons, 1983: 146); “Manter uma casa é uma ocupação que envolve salários, capital e juros, como qualquer outro negócio, com a diferença que o proprietário consome todo o resultado” (p. 155).

(6) “O bispo Berkeley, em seu *Querist* – diz Jevons –, perguntou muito bem se ‘a criação de necessidades não é o modo mais provável de provocar diligência em um povo? E se nossos camponeses (irlandeses) estivessem acostumados a comer carne de boi e a usar sapatos, eles não seriam mais industriais?’ ” (Jevons, 1983: 116).

Jevons não são apenas patéticas. Elas são emblemáticas da forma pela qual é concebida a relação dos homens no processo econômico: a relação essencial, para Jevons, é a estabelecida entre o trabalho de cada um e as necessidades de cada um, e não a relação estabelecida entre os homens (as relações sociais) no processo econômico. Entre o “homem rico” e os negros ou os camponeses parece não haver, para Jevons, nenhuma relação: todos são igualmente “agentes maximizadores”, cada qual com sua escala de utilidades e sua distinta disposição ao trabalho.

Em uma conferência pronunciada em 1876, Jevons (1997, v. 6) reafirma suas convicções:

“As leis da economia política tratam das relações entre as necessidades humanas e os recursos disponíveis (...) para a satisfação dessas necessidades. Essas leis são tão simples em seus fundamentos que elas devem se aplicar (...) a todos os seres humanos dos quais temos conhecimento.”

“Chego à conclusão, portanto, que os primeiros princípios da economia política são tão amplamente verdadeiros e aplicáveis, que devem ser considerados universalmente verdadeiros em relação à natureza humana.”

“A teoria da ciência consiste naquelas leis gerais que são tão simples por natureza e tão profundamente arraigadas na constituição do homem e do mundo exterior, que permanecem as mesmas através de todas as épocas (...)”

O valor, como vimos, reduzido a sua dimensão material de valor de uso, passa a ser um atributo permanente dos produtos do trabalho, em qualquer época, em qualquer circunstância. Basta que tais produtos tenham utilidade para o homem, que sejam aptos a satisfazer necessidades, para que, na acepção de Jevons, sejam portadores de “valor”. Ao fundar, assim, o valor na utilidade – na capacidade que as coisas têm em satisfazer necessidades –, Jevons transforma uma propriedade estritamente mercantil (e capitalista) dos produtos em propriedades naturais:

“Podemos traçar na transação do empréstimo de um bote (entre os esquimós) os princípios simples que estão na base da economia. (...) Um bote é muito útil, senão essencial, a um esquimó; um segundo bote é muito menos útil a um homem que já tem um bote, mas é extremamente útil se passado às mãos de um vizinho que não possua um bote. Os elementos do valor estão presentes aqui da mesma forma que nas mais complexas operações de nossos grãos ou do mercado de ações” (Jevons, 1997, v. 6).

O objeto da economia, segundo Jevons, é um objeto natural. E ao lidar com um objeto natural, a “ciência econômica” deveria ser entendida – e desenvolvida – como uma ciência exata, à maneira da física: “Assim como existe uma ciência geral da mecânica, também deve haver uma ciência ou teoria da economia (...) O equilíbrio da troca de bens se assemelha às condições de equilíbrio dos pesos (...) A teoria da economia prova ser, de fato, a (teoria da) mecânica da utilidade e do auto-interesse”. Mais ainda, como a economia, na visão de Jevons, lida com quantidades, sua elaboração não poderia prescindir do tratamento matemático, processo que o autor vê mais avançado no Continente:

“Lidando com quantidades, como a ciência o faz, a economia deve necessariamente ser uma ciência matemática. (...) Pode-se afirmar com segurança que se os economistas ingleses persistirem em rejeitar a visão matemática de sua ciência, eles ficarão atrás de seus contemporâneos europeus.”

Com a economia ancorada em fundamentos tão rígidos, que espaço restaria à reflexão histórica? A resposta de Jevons é clara: não caberia à análise histórica formular ou

investigar a especificidade das “leis econômicas”, mas sim verificar sua regularidade, evidenciar sua aplicação ao longo dos distintos períodos. No limite, a análise histórica não descobriria; ela apenas ilustraria:

“A economia política histórica, longe de substituir a teoria da economia, deverá apenas exibir e verificar a ação continuada de suas leis nos mais variados estágios da sociedade.”

Essas observações de Jevons são indicativas de uma operação intelectual importante. As críticas dos “economistas históricos” às generalizações indevidas dos “cientistas econômicos” eram extremamente contundentes e comprometiam a própria legitimidade de seu projeto teórico. Já em 1870, Cliffe Leslie, um dos expoentes da escola histórica inglesa, havia manifestado sua radical oposição à concepção da Economia Política como “um corpo de verdades necessárias e universais, fundadas em leis invariáveis da natureza, e deduzidas da constituição da mente humana” (Jevons, 1997, v. 5), sem qualquer conexão com a história e a trajetória das sociedades. A resposta dos partidários da “nova ciência” foi tão astuta quanto elíptica. Impossibilitados de reagir à incisiva crítica, deslocaram a discussão para o terreno do método, estigmatizando – não sem razão! – os “economistas históricos” como inimigos da abstração e da dedução. Segundo Jevons, as críticas de Cliffe Leslie seriam exemplos da “falácia da exclusividade” – um procedimento unilateral caracterizado, no caso, pela adesão ferrenha e estrita ao “método da indução”, e pela desconsideração completa da abstração e do “método dedutivo” no processo de conhecimento. Munidos de tal “argumento”⁷, os “cientistas econômicos” se autoproclamaram detentores do privilégio da abstração, fazendo-a, evidentemente, a seu modo. E é óbvio que, em suas mãos, a abstração só poderia levar a um resultado: o deslocamento da história para o plano secundário da “verificação da ação continuada das leis” formuladas, essas sim, pelos “cientistas da economia”. Processa-se, dessa forma, uma fratura que deixará seqüelas profundas: a história deixa de ser uma fonte de conhecimento para a reflexão econômica, e se converte, na melhor das hipóteses, em um território de “verificação” ou “ilustração” dos “princípios” e “leis” da “ciência econômica”.

Essa pretensão científica assume, em Walras, proporções delirantes: segundo seu veredicto, “há um ramo das Matemáticas, até agora esquecido pelos matemáticos e ainda não elaborado, que é a teoria do valor de troca”. Sua grave avaliação é que, assim como “a Mecânica Pura deve preceder a Mecânica Aplicada”, da mesma forma, “há uma Economia Política Pura que deve preceder a Economia Política Aplicada, e essa Economia Política Pura é uma ciência em tudo semelhante às ciências físico-matemáticas”. Desse modo, “se a Economia Política Pura, ou a teoria do valor de troca e da troca, isto é, a teoria da riqueza social considerada em si própria, é, como a Mecânica, como a Hidráulica, uma ciência físico-matemática, ela não deve temer que se empreguem o método e a linguagem das Matemáticas” (Walras, 1983: 23). É importante analisar os fundamentos e os resultados de sua construção, já que a mesma veio se constituir em referência relevante da reflexão econômica.

Walras parte de uma perspectiva inteiramente naturalista. O fundamento do valor, em sua compreensão, é a raridade das coisas. As coisas são raras por serem úteis ao

(7) Os “economistas históricos” eram, sem dúvida, refratários à abstração. Isso não desqualifica, contudo, a crítica que dirigiam aos emergentes “cientistas econômicos”: as abstrações destes últimos eram, por definição, falsas e enganosas, e esse ponto foi corretamente destacado pelos “economistas históricos”.

homem e limitadas em quantidade. Desse modo, em qualquer contexto social, e em qualquer circunstância, as coisas raras têm valor: se elas apresentam utilidade e se são limitadas em quantidade, naturalmente elas têm valor. Em suas palavras, “o fato do valor de troca torna, pois, desde que estabelecido, o caráter de um fato natural, natural em sua origem, natural em sua manifestação e em sua maneira de ser. Se o trigo e o dinheiro têm valor é porque são raros, isto é, úteis e limitados em quantidade, duas circunstâncias naturais” (Walras, 1983: 22). Como a raridade “é pessoal ou subjetiva”, enquanto o valor de troca “é real ou objetivo” (p. 69), a conclusão é que as bases do valor de troca são estritamente subjetivas: as raridades “estão em nós, e não nas coisas” (p. 97). Não existe, portanto, nenhuma determinação social por detrás do valor: existem o homem (indivíduo), suas necessidades e a disponibilidade física dos produtos.⁸ Não importa se estamos na Roma Antiga, em uma comunidade camponesa da Bolívia, em Quixeramobim no século XVII ou em Paris em 1870. Para Walras, o valor é um “fato natural”... É essa mesma “originalidade” conceitual que vai permitir a Walras apresentar todos os “agentes” do sistema de trocas como detentores “de capitais”: proprietários de terras, que detêm os “capitais fundiários”; trabalhadores, que detêm os “capitais pessoais”, e capitalistas, que detêm os “capitais propriamente ditos”.⁹ Mais uma vez, não importa o meio social em que os “agentes” operam: todos são, sempre, em qualquer circunstância, detentores de capitais. Não existe, além disso, qualquer hierarquia entre tais “proprietários de capitais”: todos trocam, e todos, como proprietários, auferem uma remuneração já que “faz parte da essência dos capitais dar nascimento aos rendimentos” (Defoe, 1997: 109).

O aparato conceitual de Walras é, na verdade, uma expressão de sua própria visão (igualmente naturalista) da troca. O objetivo da troca é a recomposição pura e simples de produtos entre os “permutadores”, de modo a se atingir a satisfação (ou utilidade) máxima. Quando os indivíduos trocam, segundo Walras, eles querem unicamente alcançar posições “ótimas” do ponto de vista de seus desejos, disponibilidades e necessidades: o objetivo é, sempre, “a satisfação máxima das necessidades ou o máximo de utilidade efetiva” (Walras, 1983: 58). Partindo dessa (falsa) premissa, a troca é sempre entendida como o veículo da satisfação, e nunca como o veículo da valorização (como, de fato, o é sob o capitalismo). A troca, em Walras, é um fato natural, que não está subordinado ao objetivo maior da valorização. Troca-se para satisfazer necessidades e maximizar utilidades; não se troca para incrementar quantitativamente o valor. A troca (e a sociedade) imaginada por Walras é uma estilização indevida da troca (e da sociedade) capitalista, já que dela abstrai sua dimensão mais importante, que é a da valorização.

Partindo das “curvas de utilidade” e das quantidades possuídas por dois “permutadores”, Walras caracteriza o “preço de equilíbrio” como aquele para o qual “a demanda efetiva total é igual à oferta efetiva total” e os “permutadores” obtêm “a maior satisfação de suas necessidades” (Walras, 1983: 67). Da mesma forma, é possível, segundo Walras, determinar os preços de equilíbrio na “troca de várias mercadorias entre si”: preços únicos, para os quais a “oferta e a demanda efetiva” são iguais e a satisfação dos

(8) É exatamente essa a perspectiva de Robinson Crusoe, náufrago em uma ilha deserta: “A natureza e a experiência me ensinaram, mediante justa reflexão, que todas as coisas boas desse mundo não continuam sendo boas para nós quando não servem mais para nosso uso... Se eu tivesse a gaveta cheia de diamantes eles não teriam tido qualquer espécie de valor para mim, pois não teriam utilidade alguma” (Defoe, 1997: 145-146).

(9) Cf. Walras (1983: 110-111, 116). Para Walras, ademais, “as terras são capitais naturais... as pessoas também são capitais naturais” e “os capitais propriamente ditos são capitais artificiais” (cf. p. 111).

“permutadores” é máxima. Estabelecido o equilíbrio no “mercado de produtos”, Walras determina os preços de equilíbrio no “mercado de serviços”, de modo que, mais uma vez, oferta e demanda são iguais, a satisfação dos “agentes” é máxima e “o preço de venda dos produtos é igual a seu preço de custo em serviços” (p. 135). Determinam-se, então, os preços de equilíbrio dos bens de capital e, por fim, os preços de equilíbrio do “capital circulante” e do dinheiro.¹⁰

O objetivo da construção de Walras é o de “demonstrar cientificamente” que, sob o regime da livre concorrência, a economia tende a uma posição de equilíbrio: em sua visão, o exercício desimpedido da competição nos distintos mercados conduz ao estabelecimento simultâneo de preços únicos, para os quais as quantidades ofertadas e demandadas se igualam e os agentes obtêm a satisfação ou utilidade máxima.¹¹

Segundo Screpanti & Zamagni (1997, v. 5),

“O problema central da teoria de Walras é o de mostrar como as trocas voluntárias entre indivíduos, que são **bem informados** (cada qual é perfeitamente consciente dos termos de suas escolhas), **auto-interessados** (cada um pensa apenas em si mesmo) e **racionais** (cada um trata de maximizar seus objetivos), levam a uma organização sistemática da produção e da distribuição da renda que é eficiente e mutuamente benéfica. Nisso reside a peculiaridade do problema: a única forma de interação social admitida é a realizada no mercado através de trocas voluntárias. Nem os sindicatos, nem os grupos de pressão, nem os cartéis de empresas, nem outros tipos de grupos sociais são admitidos, já que violariam um requisito fundamental do modelo de equilíbrio econômico geral: o da concorrência perfeita” (p. 165).

A dimensão liberal em Walras é notória: o “mundo dos interesses econômicos tende a se ordenar por si próprio”, da mesma maneira que o “mundo dos movimentos astronômicos”. O equilíbrio é o estado nocional para o qual, livre em seu funcionamento, converge o sistema econômico. As forças naturais do mercado atraem o sistema à posição de equilíbrio, ainda que este nunca seja, de fato, alcançado. Em suas palavras:

“Assim é o mercado permanente, tendendo sempre ao equilíbrio sem nunca atingi-lo, devido ao fato de para ele se encaminhar apenas por meio de tentativas, e antes mesmo de essas tentativas serem completadas, devem ser recomeçadas... A esse respeito, tudo se passa no mercado como se este fosse um lago agitado pelo vento, onde a água sempre busca o equilíbrio, sem jamais atingi-lo. Entretanto, há dias nos quais a superfície do lago

(10) Referindo-se à “estrutura teórica pura walrasiana”, Schumpeter observa que “o primeiro andar desse edifício é a teoria do ‘mercado’ de bens de consumo. No segundo andar se encontra a teoria da produção e do ‘mercado’ de serviços produtivos, que não está separado do primeiro mercado, mas a ele integrado. No terceiro andar se encontra o ‘mercado’ de bens de capital, também integrado com os outros dois. E no quarto andar existe outro ‘mercado’, não menos integrado com os três anteriores, que é o do ‘capital circulante’, ou seja, dos estoques de bens... necessários para manter o processo em funcionamento... Com os estoques aparece o dinheiro” (Schumpeter, 1971: 1.109-1.111).

(11) Ao final da lição XXIII, Walras (1983) sintetiza os resultados obtidos nos mercados de produtos, de serviços e de “capitais” (bens de capital): “Utilidade efetiva máxima, de um lado; de outro, unidade de preço, quer dos produtos no mercado de produtos, quer dos serviços no mercado de serviços, quer do rendimento líquido no mercado de capitais: essa é sempre, portanto, a dupla condição segundo a qual tende a se ordenar por si próprio o mundo dos interesses econômicos, assim como a atração na razão direta das massas e na razão inversa ao quadrado das distâncias, é a dupla condição segundo a qual se ordena por si próprio o mundo dos movimentos astronômicos. Tanto de um lado, como de outro, uma fórmula em duas linhas contém toda a ciência e fornece a explicação de uma multidão inumerável de fatos particulares” (p. 167).

é quase horizontal; mas não há um só em que a oferta efetiva dos serviços e dos produtos seja igual à sua demanda efetiva e em que o preço de venda dos produtos seja igual ao seu preço de custo em serviços produtivos” (Walras, 1983: 208).

A pretensão de Walras redundante, destarte, na mera reafirmação do axioma da “mão invisível”: a livre interação dos “agentes” no mercado espontaneamente conduz o sistema econômico a uma situação de equilíbrio. A “novidade” reside na apresentação do velho axioma sob a forma da formalização matemática, de modo a lhe dar uma suposta “respeitabilidade científica”. A “Economia Política Pura” de Walras – independentemente dos numerosos atropelos conceituais de sua construção – constitui uma abstração completamente indevida. Como já observamos, as relações sociais subjacentes ao processo econômico são aí inteiramente naturalizadas e não existe nenhuma hierarquia entre os participantes de tal processo. As dimensões especificamente capitalistas são dissolvidas em um sistema expandido de trocas (que é como Walras entende o capitalismo), o que permite ao autor tratar de maneira estritamente “organizacional” a função do empresário e a desconsiderar por completo o papel central do dinheiro (mais além da função de meio de circulação) na economia capitalista.¹²

A reverência (e a leniência) de Schumpeter em relação a Walras é conhecida. Sua tentativa de estabelecer um “diálogo” entre o equilíbrio walrasiano e a percepção keynesiana da instabilidade do capitalismo é, entretanto, inaceitável:

“Os economistas que desejam afirmar a existência na economia capitalista de uma tendência a produzir um desemprego perene não têm nada a temer de uma demonstração, *praticada a tão alto nível de abstração*, de que o equilíbrio perfeito em condições de concorrência perfeita implicaria pleno emprego. Pela mesma razão, a demonstração (walrasiana) tampouco nada tem a temer da universalidade do desemprego em um mundo que não está nunca em equilíbrio perfeito e nem em concorrência perfeita” (Schumpeter, 1971: 1.115 – Grifos nossos).

Não existe a menor possibilidade teórica de harmonia ou convivência entre a tradição walrasiana e a tradição keynesiana. Trata-se de visões polarmente opostas sobre o funcionamento do capitalismo. A questão não reside (como supõe Schumpeter), portanto, no distinto **nível** de abstração existente entre Walras e Keynes, mas sim, na distinta **natureza** da abstração empreendida por cada um dos autores.¹³ A abstração da “Economia Política Pura” tem o objetivo explícito de reduzir as relações econômicas a relações de grandeza (quantidades), de modo a obter, a partir daí, soluções de maximização. No limite, o procedimento de Walras é aplicável a qualquer disciplina que se venha supor redutível a grandezas (a psicologia, por exemplo¹⁴). O fato é que, em suas mãos, a economia se converte em uma disciplina matemática.¹⁵ Tanto é assim que as questões mais delicadas que sua obra suscitou (a demonstração da existência, da unicidade e da estabilidade do equilíbrio) são questões matemáticas, e não econômicas.

(12) No “modelo de equilíbrio geral walrasiano”, observa Canuto, “a moeda não cumpre qualquer posição como reserva de valor, como forma peculiarmente líquida de preservação da riqueza” (Canuto, 1997: 207).

(13) Keynes, ademais, nunca afirmou que a livre concorrência conduziria a economia ao pleno emprego.

(14) Se se supõe possível a medição da utilidade ou da “intensidade da última necessidade satisfeita”, é possível supor, também, a medição do prazer, da dor, do desejo, da angústia, do medo, da frustração, da culpa, etc.

(15) De nada adianta considerar a existência da “Economia Aplicada” e da “Economia Social”, como o faz Walras, já que seus elementos essenciais são dados, matematicamente, na “Economia Pura”.

Referências bibliográficas

- CANUTO, Otaviano. O equilíbrio geral de Walras. In: CARNEIRO, R. (Org.). *Os clássicos da economia*. São Paulo: Editora Ática, 1997. v. 1, p. 207.
- DEFOE, Daniel. *As aventuras de Robinson Crusoe*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1997.
- JEVONS, S. *A teoria da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. In: *METHODOLOGY of economics: 19th Century British Contributions*. Routledge: Thoemmes Press, 1997. v. 5: Historical Economics: 1870-1907.
- _____. In: *METHODOLOGY of economics: 19th Century British Contributions*. Routledge: Thoemmes Press, 1997. v. 6: Theoretical Economists: 1876-1914.
- SCHUMPETER, J. A. *Historia del análisis económico*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1971.
- SCREPANTI, Ernesto, ZAMAGNI, Stefano. In: *METHODOLOGY of economics: 19th Century British Contributions*. Routledge: Thoemmes Press, 1997. v. 5: Historical economics: 1870-1907, p. 91-93, 161-162, 170-172.
- SENIOR, W. Nassau. An introductory lecture on political economy, delivered before the University of Oxford on the 6th of December, 1826. In: *METHODOLOGY of economics: 19th Century British Contributions*. Routledge: Thoemmes Press, 1997a. v. 4: Classical economics 1827-1860.
- _____. Outline of the science of political economy (1836). In: *METHODOLOGY of economics: 19th Century British Contributions*. Routledge: Thoemmes Press, 1997b. v. 4: Classical economics 1827-1860.
- WALRAS, Léon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.